



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 17/11/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todas e a todos. Acabo de higienizar todo o meu espaço, o microfone, então me permitam. Estou um pouco rouco. Estamos dentro das normas de distanciamento.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 32ª Audiência Pública desta Comissão em 2021.

Esta audiência tem como objeto debater o seguinte projeto de lei: PL 650/2021, autoria do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes. “Dispõe sobre a criação do Novo Quadro de Pessoal de Nível Médio e Básico – QMB da Prefeitura do Município de São Paulo, com plano de carreira, reenquadra cargos e funções de Assistente de Gestão de Políticas Públicas e de Assistente de Suporte Técnico, do Quadro de Pessoal de Nível Médio da Prefeitura do Município de São Paulo, instituído pela Lei nº 13.748, de 16 de janeiro de 2004, e de Agente de Apoio, do Quadro de Pessoal do Nível Básico da Prefeitura do Município de São Paulo, instituído pela Lei nº 13.652, de 25 de setembro de 2003, e institui o respectivo regime de remuneração por subsídio.”

Informo que esta reunião é transmitida ao vivo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, e também pelo Youtube e pelo Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 11.11.2021 e foi publicada nos jornais *Agora*, em 12.11.2021, e *Folha de S. Paulo* no dia 16.11.2021.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 10.11.2021 no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual; e, neste momento, presencialmente, junto à secretaria desta Comissão.

Informo também que todas as audiências públicas realizadas por esta Comissão podem ser acompanhadas pelos canais digitais ou presencialmente nos locais previamente agendados e divulgados, onde o acesso do público em geral à Câmara Municipal de São Paulo

será permitido mediante o uso obrigatório de máscaras, aferição obrigatória de temperatura e, segundo o cronograma vacinal municipal, apresentação de comprovante de vacinação ou relatório médico que justifique óbice à imunização, conforme o Art. 2º do Ato 1.504, de 2 de março de 2021, alterado pelo Ato 1.523, de 20 de outubro de 2021.

Foram convidados para esta audiência pública o Sr. Guilherme Bueno de Camargo, Secretário Municipal da Fazenda, que informou que, tendo em vista a matéria ser de competência da Secretaria Executiva de Gestão, agradeceu o convite, mas declinou da participação.

Querido Secretário Executivo de Gestão, Fabricio Cobra Arbex, por favor. Cadê o Fabricio? Sente-se, por favor. (Pausa). Consta que bem acompanhado pelo nobre Líder do Governo, Fabio Riva. Meu amigo, preferia que ele ajudasse mais nos projetos, mas fazer o quê? Mas continua meu amigo, não há problema, ossos do ofício.

Estão presentes, representantes do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo – Sindsep; Associação Municipal dos Assistentes de Gestão de Políticas Públicas e Agentes de Apoio de São Paulo – Amaasp. Quem representa a Amaasp é o Denis Dantas do Carmo.

Vamos verificar se é possível ficarmos todos à mesa.

Então, Denis; a Marcia de Oliveira representa a Fasp; a Margarida Prado Genofre, da Aprofem e Coordenação do Fórum das Entidades.

Eu acho que é possível, Mário. Vamos compor a mesa, então, os órgãos, as entidades, os sindicatos, enfim.

Como podemos combinar o procedimento.

Do Sindsep, Vlamir Lima. Vlamir, eu preciso mandar a nossa solidariedade ao nosso querido Presidente Sérgio Antiqueira, que hoje houve o passamento do seu pai, Sr. Eugênio Antiqueira. Toda a nossa solidariedade ao querido companheiro, lutador, Sérgio Antiqueira.

Muito bom. Quero confirmar o formato aqui. Nós passaríamos diretamente ao Secretário para discorrer sobre o PL 650/2021. Pode ser, Secretário? Depois ouviremos as

entidades. Não me consta inscrição, mas nós, na fala do Secretário, abrimos as inscrições. No encerramento da fala dele, encerramos as inscrições.

Secretário, obrigado pela sua visita presencial. Não tem sido comum, mas a gente agradece muito o seu esforço. Tem a palavra, Secretário.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Obrigado, Presidente Vereador Jair Tatto.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero agradecer à nossa intérprete de Libras, Daresca. Difícil ler aqui.

Segue, Secretário.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Obrigado, Vereador. Cumprimento o nosso Líder de Governo, Vereador Fabio Riva, os demais vereadores membros da Comissão de Finanças e Orçamento... (Falha na transmissão.) ...Holiday, Isac, Janaína, Marcelo Messias e Delegado Palumbo, são todos integrantes. Cumprimento o pessoal da Fazenda, não sei se o Guilherme está *on-line*, ou alguém da Secretaria da Fazenda.

Ontem estivemos aqui na Casa, Presidente, na Comissão de Constituição e Justiça trazendo esclarecimentos com relação ao PL 650/2021, que reestrutura e revaloriza as carreiras de nível médio e nível básico da Prefeitura de São Paulo. De forma resumida, ele prevê a racionalização de inúmeras rubricas de pagamento e alteração do regime de pagamento para subsídios, com o propósito de reforçar a transparência, facilitar o controle social dos gastos públicos pela sociedade civil e estancar possíveis ações judiciais.

Na proposta apresentada para a Câmara Municipal serão mantidas as gratificações de atendimento ao público, de execução de trabalho técnico de utilidade para o serviço público e pela prestação de serviços de controladoria.

De forma resumida, nas duas categorias, no nível básico serão 20.644 servidores impactados, dos quais 6.141 são ativos, 14.503 inativos. O ganho médio acumulado ao final do triênio 2022/24 será de 23%, sendo 11% em 2022, 8% em 2023 e 4% em 2024. No nível médio serão 13.490 servidores impactados, dos quais 5.829 ativos e 7.661 inativos. O ganho médio no

final do triênio 2022/24 será em média de 30%, sendo que, em 2022, 16%; em 2023, 6%, e em 2024, 6%.

Assim como fizemos ontem, ouvimos as entidades que estiveram presentes colocaram, esclarecemos as questões colocadas ontem. O Projeto de Lei 650/2021 faz parte de um pacote encaminhado pelo Prefeito Ricardo Nunes – o PL 651/2021 e o PL 652/2021, já aprovados pela Casa. São várias medidas de revalorização e modernização da estrutura do funcionalismo na Prefeitura de São Paulo, com um gasto da ordem... o PL 650/2021 em si, um impacto orçamentário de R\$ 335 milhões em três anos e, junto com os demais pacotes, chegando quase a R\$ 1 bilhão de otimização do orçamento para o servidor público da Prefeitura de São Paulo.

Estou à disposição da Comissão de Finanças e Orçamento para o que for necessário esclarecer com relação ao PL 650/2021, que está em pauta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário, rápido e objetivo, muito obrigado.

Então Margarida, pela Aprofem, pode ser? Começa, dez minutos cravados, cronometrados.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Pode deixar que eu sou bem econômica.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado pela presença.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – A exemplo do Vereador Presidente desta sessão de hoje, desta audiência pública, eu vou me permitir abaixar um pouco a máscara, porque senão o som fica complicado, mas esclarecendo que eu já tomei as três doses da vacina, estou bem, já tive Covid, estou mais imunizada do que sei lá o quê.

Muito obrigada por esta audiência, pela oportunidade de dialogar, debater sobre esse Projeto de Lei. Quero começar dizendo o seguinte: ontem nós tivemos uma audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, então o foco ontem era sobre ser ou não constitucional, ser justo ou não ser justo, e ter tido participação ou não. Hoje o foco é outro. Esta é uma Comissão de Finanças, então é esse o aspecto que devemos focar.

O Secretário acabou de anunciar aqui que, ao longo de três anos, esse Projeto de Lei terá um impacto de pouco mais de R\$ 335 milhões, como se isso fosse alguma coisa muito auspiciosa para se anunciar aos servidores municipais dessas categorias, AGPPs, Agentes de Apoios e ASTs. Não é grande coisa para a municipalidade de São Paulo, que tem um orçamento previsto para o ano que vem em torno de R\$ 70 bilhões, que tem uma quantidade de servidores bastante grande, são mais ou menos 35 mil servidores. Se dividir esses R\$ 300 milhões por três anos, por 35 mil servidores, dá para entender que isso não é nenhuma grande *benesse*.

Em segundo lugar, essa melhoria que é possível obter por meio de uma reestruturação de carreiras vem acompanhada da outra parte, que é a contrapartida disso, que é abrir mão do seu direito a quinquênio, sexta-parte, de ganhos de ações judiciais, de incorporação de cargos já exercidos. Tem uma carga muito grande de coisas que precisam ser abandonadas para se ter direito a qualquer vantagem pecuniária que nem é tão grande assim.

Por outro lado, se nós analisarmos todo o pacote de medidas enviado a esta Casa recentemente, e que um deles, o pior deles, já foi aprovado, vemos que vão dar com uma mão e tirar tudo, ou até um pouco mais, com a outra. Se pensarmos que o PLO 07/2021 já foi aprovado nesta Casa, que aprovou o desconto de 14% daquilo que exceder a um salário mínimo, na remuneração do aposentado ou pensionista. Quer dizer, ganhar R\$ 1,2 mil já significa perder 14%.

Nessa reestruturação, o servidor Agente de Apoio que passa a ganhar R\$ 1,9 mil, se ele já estiver aposentado, vai ter um desconto do que o que ele hoje poderia usar para adquirir, por exemplo, um bujão de gás.

Então é uma reestruturação que não traz grandes vantagens. Ela pode até trazer alguma vantagem para quem está em início de carreira. Quem está em início de carreira ainda não investiu parte da sua vida para construir todo um trabalho junto à Prefeitura. Aqueles que estão no final de carreira, aqueles que já se aposentaram, esses não têm nada, não ganham nada ou praticamente nada, e além de tudo, terão o desconto.

Então nós, diferentemente do que fizemos em outras ocasiões com relação ao PLO 07/2021, não estamos hoje aqui para reivindicar a rejeição completa do projeto, até porque já sentimos que tanto Agentes de Apoio quanto AGPPs, que estão numa penúria, numa situação de desespero de causa, qualquer coisa que você acene para eles, eles vão querer correr para pegar.

Nós, como entidades representativas desse segmento, não temos o direito de chegar aqui e pedir, exigir que o projeto seja rejeitado, que não seja votado nada. Mas temos o dever, sim, de propor melhorias no projeto, diminuir as injustiças contidas na proposta. É isso que nós estamos fazendo aqui.

A presença, há poucos minutos, do Vereador Fabio Riva aqui me deixou até um tanto esperançosa de que ele tenha vindo discutir. Eu vi que ele conversou rapidamente com o Fabricio. Talvez tenhamos algumas alterações, não sei. Eu sou uma pessoa otimista, eu sou até entusiasmada, mais que otimista. Então talvez a gente tenha conseguido já sensibilizar a Administração para que traga para nós um projeto menos ruim, porque dinheiro para isso a Prefeitura tem.

E esta Comissão de Finanças sabe muito bem qual é a situação financeira do Município, não é, Vereador? Sabe que nós temos dinheiro em caixa, sabe que não se gasta com o servidor público nem o mínimo que se... Aliás, o teto máximo, que é 40%, mas o gasto com o servidor nunca ultrapassa os 36%. Se ultrapassa, no ano seguinte ele já volta, chega no patamar de 32%, 33%, 35% das Receitas Correntes Líquidas.

Então São Paulo tem condição de tratar melhor os seus servidores, de ser mais humana para com aqueles que dão o sangue, para com aqueles que, mesmo sendo Agentes de Apoio, exercem funções peculiares de quem tem nível médio; e aqueles AGPPs e ASTs... E aqueles que são AGPPs, que são profissionais de nível médio, muitas vezes assumem funções de pessoal de nível superior, porque a Prefeitura não tem, porque vem precarizando o serviço, porque não faz concursos, porque não faz chamadas, porque terceiriza.

Nesse sentido, acho que é altamente injusto não mexer nesse projeto, não melhorar a proposta, já que os servidores estão até dispostos a aceitar a remuneração por subsídio, que é algo extremamente temerário e injusto para com os servidores.

Eu finalizo por aqui, até porque os colegas que me sucederão entrarão em outros detalhes do que a gente tem a propor para que seja melhorado no projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

A ordem é vocês que estão estabelecendo por mim. Quem vai agora? (Pausa). Se for na ordem, é o Denis no meu *script*. Pode ser?

O SR. DENIS DANTAS DO CARMO – Pode ser, Vereador. Sem problemas. Eu só...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Depois do Denis nós temos três inscrições on-line. Nós vamos ouvir e seguiremos. Pode ser assim?

O SR. DENIS DANTAS DO CARMO – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Denis com a palavra.

O SR. DENIS DANTAS DO CARMO – Eu só vou pedir ajuda à assessoria, porque eu trouxe uma apresentação para expor alguns dados também.

Boa tarde a todos. Para aqueles que não me conhece, me chamo Denis Dantas do Carmo, sou atual representante, na qualidade de Presidente da Associação Municipal dos AGPPs, Agentes de Apoio de São Paulo – Amaasp.

– Apresentação de *slides*.

O SR. DENIS DANTAS DO CARMO – Primeiro *slide*, por favor.

A Associação foi fundada em 2016, busca representar os interesses dessa categoria, inclusive, buscando tornar-se uma entidade reconhecida pela excelência nas suas lutas. Tem aí como valores o apartidarismo, a moralidade, a ética, legalidade, transparência, impessoalidade e eficiência.

Próximo, por favor.

Estamos trazendo um histórico, porque estamos falando de reestruturação das carreiras dos AGPPs, Agentes de Apoio e AST desde 2016 quando então o Sr. Prefeito era Fernando Haddad. Naquela ocasião houve um reajuste tabelar sob o compromisso, de que antes de finalizar o seu Governo, haveria reestruturação das nossas categorias de nível básico e nível médio, mas que reajustaria então a nossa tabela naquele momento inicial, passaria a fazer a reestruturação do nível superior, que assim ocorreu, mas quando chegou ao final do Governo, por questões não relatadas, acabou não ocorrendo a nossa reestruturação. Em 2017, quando assume Governo do então Prefeito João Dória, começamos a voltar a tratar da reestruturação dessas categorias e é o momento em que a gente indica que colocaram a corda em nossos pescoços, porque apesar de todas as entidades serem contra a remuneração por meio do subsídio foi dito para nós: ou é subsídio ou é nada. Quando você tem essas duas opções: perder ou perder, a gente acaba perdendo de qualquer jeito.

Em 2018 a gente começa então a ter os primeiros atos demonstrando a insatisfação que até aquele momento, apesar de todos os representantes falarem que o nível médio e básico era prioridade, nada saía da boca. Não entrava nenhum projeto, não ia nada para o papel. Chegamos em 2018, mesmo essas categorias, pelo discurso falando que eram prioridades, o que entra aqui na Câmara, o que foi conhecido como Sampaprev 1 no dia 26 de dezembro, precisamente, quando aprovado em segunda votação.

Próximo, por favor.

Chegamos em 2019 na busca da revogação do Sampaprev em que há uma greve de 33 dias dos servidores públicos de forma geral e nessa greve vem um outro compromisso apelidado de abono emergencial, que buscou dizer que a nossa categoria estava tão defasada que recebeu 0,01% de reajuste desde 2014. Pasmem! Dá em torno de 20 a 25 centavos, daí não preciso falar muito da inflação, e nessa busca da revogação pelo Sampaprev tivemos auxílio das demais entidades em que foi assumido o compromisso de se aplicar um abono emergencial que só veio a ser pago depois de julho quando nós buscamos iniciar novas manifestações, exatamente, porque esse compromisso assumido em março não havia sido cumprido até então.

Ocasão em que essas categorias assumem, pela primeira vez na história, greve apenas delas. Greve isolada que perdurou dez dias.

Próximo, por favor.

Aí temos o momento de pandemia em 2020, que praticamente tudo fica congelado quando falam que servidor não dá contribuição, mais uma falácia trazida para cá. Mentira. A gente sequer cogitou tratar sobre qualquer circunstância, reestruturação, reajuste. Tivemos aí desconto de horas suplementares e por aí vai, para não dizer que o servidor não deu a contribuição dele. A partir de janeiro de 2021 começamos a busca acreditando que o pior já havia passado, mas em fevereiro veio uma segunda onda, e a partir de julho, voltamos a ser recebido pelo Governo, o qual agradecemos, principalmente, o Secretário que foi o primeiro a retornar esses temas, Secretário Fabricio, muita gratidão. Também tivemos oportunidade de sermos recebidos pelo Sr. Prefeito, mais uma vez dizendo que nós iríamos ser prioridades, por isso está aqui o projeto. Chega em agosto o Governo sinaliza que não tem nada a ser tratado. Encaminha o projeto para a Câmara e em setembro, junto com os outros PLs, que infelizmente para nós foi sim, tratado como pacote de maldades. E por que pacote de maldades? Porque nos PLs originais, que foram entregues nesta Casa, previa um absurdo de querer tirar dias de férias dos servidores se eles tivessem doentes. Como que o servidor buscasse ficar doente. Ah, vou ficar doente para não poder trabalhar. Aumentou, consideravelmente, os valores de cargos em comissão. De R\$ 5 mil para R\$ 10 mil ou R\$ 12 mil. Se pegar a mesma proporção de que você traz os valores aqui R\$ 333 milhões, como se fosse algo maravilhoso é um absurdo. Esse ano a previsão é R\$ 70 bilhões e, provavelmente, o próximo ano aumentará os R\$ 70 bilhões, assim está acontecendo na Prefeitura só aumenta a arrecadação, então estamos falando de R\$ 333 milhões, no mínimo com R\$ 140 bilhões. Então qual seria o percentual disso? Vamos pegar os cargos de Secretário, chefes de gabinete, Subprefeitos todos esses que tiveram esses aumentos e vamos colocar, proporcionalmente, para ver o resultado que vai dar. Por isso que intitulamos "pacote das maldades". Hoje eu terei oportunidade de provar com os números de que o PLO 07/2021 vai confiscar salários. Então Fabricio quando você fala de que estamos buscando

estancar ações judiciais não são com esses projetos que você vai conseguir isso. Pelo contrário. Vamos ingressar com mais ações sem contar com a LC 173, que o Município veio, congelou os dias. O trabalhador está indo trabalhar, mas esses dias não estão sendo computados e já ganhamos essa ação. A Prefeitura está tendo o que parametrizar o sistema para aplicar. Daí fica o primeiro questionamento de hoje, Fabricio. Como será? Dia 31 de dezembro já estará parametrizado? Aqueles que estão beneficiados com essa ação judicial será computado a sexta-parte que conquistou entre março do ano passado a 31 de dezembro desse ano? É algo que a gente vem sinalizando, desde o início, para o Governo e ainda não tivemos uma resposta.

Próximo, por favor.

Essas são imagens da greve.

Próximo, por favor.

Aqui começamos com o que está sendo ofertado. A tabela em três módulos ou nos três anos para o nível básico. Desde o B1 até B13, hoje a categoria só vai até o B10 e muitos estão no B10. Nós, dentro de uma premissa que sempre buscamos tratar com o Governo, qual era o nosso pleito? Se o nível superior, que foi reestruturado em 2014/2016, hoje, tem um inicial de R\$ 6,1 mil, o nosso pleito é que o nível médio pudesse ter, no mínimo, 50% desse valor que seria R\$ 3,05 mil no mínimo. E por sua vez se o nível médio tem R\$ 3,05 mil, que os Agentes de Apoio, nível fundamental, pudesse ter no mínimo R\$ 1,5 mil. Por isso acreditamos que chegou, ao razoável, dentro do nível básico, porque ele acaba tendo inicial em 2024 superior aos R\$ 1,5 mil que eram o mínimo que nós acreditávamos ser o valor adequado.

Próximo, por favor.

Olha o quadro do nível médio. Dentro dessa premissa o inicial em 2024, deveria ser no mínimo de R\$ 3,05 mil, porque isso traz mais isonomia. Vejam que R\$ 2,65 mil quando pega o inicial do nível básico, que eu acabei de falar em torno de R\$ 1,9 mil, ele representa em torno de 72% do nível médio. Gravem esses números, por favor. Ali destaquei o final que está no M8, ou seja, o final do nível básico, a tabela que chega em torno de R\$ 3,9 mil, está destacado, ele

pega quase que a nossa referência 08. O final da carreira do nível básico pega a nossa referência 08.

Próximo, por favor.

Veja, que é o que nós brigamos por isonomia. Se compararmos o inicial da categoria de nível médio, ela representa 43,40%, do nível superior, onde estamos pleiteando 50%, que seriam os R\$ 3 mil, nesse caso R\$ 152, que daria em torno 52%. Veja que nosso final equivale a categoria 3, do nível superior. Está ali destacado. O que estamos pleiteando seria o final ali entrar no Q8, quando o final dá R\$ 8,155 mil, entraríamos, também, na categoria 8 do nível superior. Isso é isonomia. Isso que estamos aqui buscando pleitear, está dizendo que essa tabela não está adequada.

Próximo, por favor.

Aqui trazendo as propostas. Temos propostas em conjunto, que acreditamos que vocês devem priorizar e dentro dessas propostas em conjunto, está aí retirar a trava de progressão para aposentado. Eu trouxe aqui dois simulados de aposentados que vocês vão ver que não dá os 30% que o Secretário está falando aqui, de reajuste. Ele pode estar pegando uma média de falar: olha a categoria 1, vai aumentar de R\$ 1,38 mil, considerando a gratificação de atividade, para R\$ 2,6 mil. Aí, sei lá, vai ter 90%, 100% de ganho, se assim podemos dizer. Só que ele dispensa todos os outros, do meio, para o final da carreira. Então é fácil eu pegar aqueles que são uma minoria dizer que vou ter um aumento e tratar com média. Se eu trato com média, por mais que seja 30%, tenho 49% dos servidores acima e 49% abaixo. Isso não é justo. Então retirem essa trava. Se aposentado não pode saltar para uma categoria, vocês colocaram no PL que só poderá aqueles que chegaram a última referência, no caso de Agente de Apoio, B10, no caso AGPP, M15 e trabalharam dois anos, eu ousou aqui a dizer que não tem um AGPP que vai ter salto na categoria estando aposentado, por que os dados de 2019 eram que nós tínhamos 81 AGPPs no M15. No nível básico vamos chegar a ter, porque é menos referência e acaba sendo maior o número que já estão no B10.

Próximo, por favor.

O descongelamento do tempo, Sr. Secretário. O senhor está falando para diminuir as ações judiciais. Não pode ser considerado a trava do tempo por conta da Lei Federal LC 173. Essa ação já está ganha. Está aí na tela: número do processo e o Juiz dizendo. A Prefeitura já recorreu e não teve êxito no seu recurso. Está aqui o Dr. Cristiano que deve estar acompanhando essa ação. Então coloca essa emenda, senão vamos, sim, ingressar com ação judicial.

Próximo, por favor.

Aqui a proposta da tabela inicial de R\$ 3,1 mil em 2024 e final de R\$ 8,1 mil. Ali sim dá 30%, porque você pega 15% de um ano para o outro. Hoje, atualmente – vou mostrar aqui agora nos próximos – não estará dando 30% como o Secretário está falando ou na média 23%.

Próximo, por favor.

Encontro 33%. Ali tenho dois casos, que eu trago aqui para a Prefeitura, de holerites. Claro, preservamos o nome, mas trouxe no próximo *slide* o meu, porque não faço questão de preservar. Ali está como recebemos hoje. Sim, concordo, vai facilitar. Não vamos ter tudo isso daí no holerite. Vai ter ali na coluna 2, subsídio complementar ou subsídio. Reparem no caso dois, por favor. O caso dois é de um aposentado. Soma lá: padrão de vencimento, padrão aposentado, adicional de quinquênio, sexta-parte, gratificação de atividade. Nesse não teve VPNI, ele recebe R\$ 2,2 mil. A proposta do Governo é aumentar para R\$ 2,29 mil. Olha o que fez o PLO 07/2021. Se você pega R\$ 2,297 mil menos R\$ 1,1 mil que é o salário mínimo, multiplica por 14% é o desconto que ele hoje é isento e que ele vai passar a pagar. Olha o bruto menos 7% e 30%. Confisco salarial. Quero, por gentileza, que o Governo demonstre que essas contas estão erradas e que tragam as contas reais.

Próximo por favor.

Esse é o salário que alguns Vereadores falaciosos, diria aqui cretinos – nobre Vereador com o perdão da palavra – mas buscaram dizer que somos privilegiados. O salário é desse servidor aqui. Desse vagabundo que vos fala. Desse vagabundo, desse privilegiado. Eu trouxe o meu holerite na prática, com meu nome e tudo. Eu fiz as contas: bruto R\$ 3,632 mil. Janeiro de 2022 com a proposta do Governo, olha o meu ganho: zero. Só que aí eu vou ter

oportunidade porque eu tenho nível superior que não apresentei para a Prefeitura e que esse é outro pleito que fazemos e que não tem grandes impactos financeiros. É exceção. Vocês não podem recusar, porque a valorização é a formação. Não importa se ele apresentou. Daí vou para o M9. Acabo tendo um ganho de R\$ 195 que dá 5,4%. Você soma os 8% de 2023, mais os 4% de 2024. Onde estão os 30% Sr. Secretário?

Próximo, por favor.

Aqui busco apresentar – destaquei em vermelho. Sr. Prefeito está aqui meu desconto. Secretário nos respeitem! Servidor ativo não paga IPREM? Essa é a minha pergunta que eu gostaria, que S.Exa., representante do Governo, pudesse dizer se o Prefeito tem ou não razão. Destaquei ali em vermelho minha contribuição: R\$ 440. Para ouvir que eu não pago o Regime Próprio de Previdência Social. Isso, agora, vou pagar eternamente, porque quando me aposentasse eu não iria pagar.

Último, por favor.

Obrigado. Desculpa ter avançado o tempo. Gostaria que o Governo pudesse combater esses números.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próxima oradora, Sra. Ana Carolina Cardoso. (Pausa). Ausente; Sra. Andressa Lazares. (Pausa). Ausente; Sr. Rogerio Viduedo Raymundo. (Pausa). Ausente.

Sra. Marcia de Oliveira, da Fasp, com a palavra.

A SRA. MARCIA DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos! Mais um dia estarmos aqui e é bom falar na Comissão de Finanças, porque gostamos de ter essa questão de dinheiro por trás.

Sou membro da Fasp e mais uma vez estamos aqui e fico feliz de o Executivo estar aqui presente. Gostaria de começar falando, quando falamos de reestruturação de carreiras já que estamos na Comissão de Finanças, ele nasce natimorto se a gente não falar de política salarial. São cinco anos trabalhando. Quatro anos trabalhando nesse PL, depois falamos as considerações, mas se ele não tiver ligado a uma política salarial, ele já nasce natimorto. Uma

coisa é reestruturação, depois a manutenção dessas tabelas, isoladamente não se trabalha assim.

É bom que a Comissão de Finanças veja que no orçamento, não fale nada sobre reajuste geral para servidores. Então é complicado.

Gostaria de saber o seguinte – já que estamos na Comissão de Finanças – ontem tivemos aqui na CCJ, entregamos para o governo uma série de emendas, onde tem impactos financeiros e se houve tempo de fazer essa avaliação de impacto financeiro. Porque quero saber qual o valor que proíbe, não conseguimos avançar em relação a coisas pequenas, onde colocamos a questão, ontem, dentro das questões colocadas foi a questão das travas. Colocamos ontem. Essa trava é perversa no artigo 28, tanto para ativo como para inativo. Por que os aposentados? Gostaria de saber quantas pessoas aqui tem duas faculdades? Quantas pessoas aqui entraram pelo nível básico, antigo ginásio, tem colegial e faculdade? Deve ser um número muito grande para poder desconsiderar essa questão em uma primeira integração, numa excepcionalidade e colocar isso como trava eu, particularmente, não conheço mais o perfil dos servidores municipais de São Paulo. Achei até que conhecia. Eu desconheço. Acho que temos sim. Mas quem têm duas ou três faculdades para poder estar usando esse diploma, ou usando diploma de nível técnico ou de Faculdade para o pessoal de nível básico, sem ter usado na regra anterior. Quando você utilizou esses diplomas acima da categoria que você ingressou, você usou de forma legal, porque assim estava sendo pedido na lei que rege as duas carreiras. Trabalhar isso como castigo para quem fez, é muito complicado. Muito ruim. Chega a ser perverso, aliado ao PLO 07/2021 que entrou e tirou uma fatia do bolo de 14% desse servidor. Acho que a lei de compensação, ela deveria ser pensada como um todo, como o Fabricio colocou. É um todo.

Outro PL que foi aprovado o PL 651/2021, ele dá muito mais recursos e olha para quem está ativo. Ok. Acho perfeito. Só que existe uma história, para ele poder chegar aqui teve uma história de pessoas que se aposentaram durante 35 anos de prestação de serviço a essa Cidade. E como acho que todos nós temos um valor e acredito que o Sr. Prefeito, o Secretário e toda equipe também tem, de respeito ao idoso, a sua história. Deveríamos começar com esse

respeito através da lei. Através daquilo que temos como recurso. Não olhar isso a quebra da paridade de forma constante. Começamos a usar formas de quebrar uma questão que era paridade. Então eu crio abonos. Crio uma série de coisas, que são travas que não dão igualdade para esses servidores que saíram em pé de igualdade.

Eu gostaria muito de ouvir, na verdade – mais do que falar – é ouvir do Governo se ele conseguiu avaliar aquilo que nós propomos.

Ontem coloquei três propostas muito objetivas e claras, eu gostaria de saber qual o impacto dessas três propostas dentre tantas que colocamos em relação a esse PL. Fico feliz com a presença do nobre Vereador Fabio Riva é bom que ele ouça, primeiro: estamos na segunda audiência pública. É bom que entenda que o Governo não está sendo tão ...Existem questões que podem ser colocadas e não criar travas. Podemos sair na política do ganha-ganha desse PL. É importante sair com a política do ganha-ganha desse PL. Ele tem uma história, uma trajetória muito difícil. Eu não sou da carreira. Minha carreira é outra. Sou representante técnica da Fasp e acompanhei todo o processo e temos muitos colegas nessa situação que não vão ter ganhos, ou supostamente impactos muito pequenos. Acho, relevante diante de tudo que foi colocado hoje para os servidores, e tudo que aconteceu nessa história recente – falo história recente de um mês para cá e principalmente quarta-feira passada – hoje faz uma semana que passamos por uma questão muito séria aqui na porta, onde servidores apanharam e dentro dessa Casa foi falado: aqui está tranquilo. Foi falado isso dentro do Plenário. Aqui está tranquilo. E os servidores lá fora apanhando. Não estava nada tranquilo. Nem dentro nem fora. O desrespeito foi total de ambas as partes. De todo mundo. Está na hora de tentarmos no mínimo, não existe como melhorar ou tirar aquela história, mas temos como a gente enxergar que por de trás dessa lei, que não é boa, têm pessoas. Pessoas que fizeram a história para vocês estarem aqui. Cada um que está aqui dentro tem um colega atrás que fez sua história. A minha intenção é de poder me aposentar, agora tenho que rever, porque um impacto dos 14% vou ter que ficar mais um pouco. Já tenho 35 anos. Trinta e cinco anos nessa Casa. Comecei como estagiária na

Secretaria. A história da gente faz a história misturando com esses projetos, faz tempo que não um tem projeto com olhar tão difícil para o servidor.

Em que pese todo orçamento Fabricio. Não estou culpando esta Gestão. Venho culpando várias gestões, infelizmente, quem tem paga a conta, agora são vocês. E sem ter uma política salarial de apoio, nobre Vereador, é um projeto natimorto como todos os projetos de reestruturações, acontecem sem política salarial. Eu peço muito ao Governo dar respostas aquilo que propomos ontem. Abertura de todos os quadros para fazer opção, isso como um evento de carreira, porque todo tempo que a gente não faz opção, simplesmente, é desconsiderado. Ele fica como fictício. Igual emenda, fica como fictício. A gente trabalha e não reflete na nossa carreira. Isso é penoso e é difícil. Portanto a opção, uma vez por ano, é respeitoso a história do servidor que está ativo, não colocar a faca no servidor obrigando ele fazer naquele momento. Ele teve o tempo dele de amadurecimento e poder anualmente. E tirar as duas travas: tanto para o ativo como para o inativo, porque gostaria de saber realmente quantas pessoas têm níveis superiores para poder tirar da bolsinha e começar a colocar títulos na mesa. Níveis técnicos para poder colocar títulos na mesa. Eu, particularmente desconheço, mas, acho que na verdade são três questões que o Governo poderia olhar, com respeito, pela história de todos nós que estamos aqui. De quem saiu e quem está fazendo. Quem toca essa administração, realmente, é o nível básico, nível médio no seu dia a dia lá na Subprefeitura, no próprio DRH. É isso que acontece. São essas pessoas que fazem. Atuando, inclusive, muito mais do que suas atribuições previstas nas leis. Porque é exatamente isso que fazemos. Agradeço. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próximo orador Vlamir Lima, do Sindsep.

O SR. VLAMIR LIMA – Bom dia a todos e todas! Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, público presente a essa audiência. Pena que não tivemos mais tempo de diálogo, seja com o Governo, porque quando começou a discutir as tabelas, o Governo cessou na segunda proposta deles. Não conseguimos avançar, mas estamos aqui. Mais do que cumprir um protocolo. Parece que as audiências viraram um protocolo. Mas aqui pelo menos, deixar claro as posições das entidades aqui do Sindsep.

Primeiro gostaria de dar minhas condolências ao meu Presidente Sérgio Antiqueira, que perdeu o pai hoje. Anos atrás ele me estendeu a mão quando da perda do meu pai, mas pelos compromissos hoje, não pude estar no velório, tivemos que dividir as tarefas. Considero, não só meu Presidente, companheiro de trabalho na luta da categoria, mas também como amigo.

Pelas falas postas, desde ontem para hoje, consegui analisar algumas questões. Os números. O tal dos R\$ 300 milhões – pouco mais de R\$ 300 milhões – que está sendo destinado, que o Governo, sim, lembrando que é diluído em três anos, é nada mais, nada menos que R\$ 100 milhões. É que o Governo queria desde lá de atrás disponibilizar para essa reestruturação da carreira. Mesmo ouvindo das entidades, e aí o Sindsep reforçando isso, que isso era insuficiente. Então aqui continua essa discussão, o que o Governo está destinando e vimos o debate do PLO 07/2021 os Vereadores discutindo, que a arrecadação na Cidade só cresce e o gasto do funcionalismo estacionou e é claro na comparação do crescimento vai diminuindo. Isso estamos falando em torno de 200 mil servidores entre ativos e aposentados.

Outro número interessante do PL. É importante destacar para as entidades e para o próprio Governo, a vacância dos cargos. Os números que Fabricio apresentou é daqueles que estão presentes: ativos e aposentados, mas os Agentes de Apoio são mais de 30 mil cargos. Significa que há em torno de 10 mil já entrando em vacância. O Governo não quer preencher nisso, com exceção de alguns momentos, que tivemos na Autarquia Hospitalar que ocupou alguns cargos de Agentes de Apoio. Desses 20 mil são os que estão entre ativos e aposentados. Então só mais 14 mil, porque são 6 mil nos dados que o Fabricio apresentou, isso arredondando os números, porque deu bem detalhado. São 6 mil que estão na ativa. É um número que está se perdendo de funcionalismo, inclusive, para contribuição da nossa Previdência.

Do nível médio os AGPPs e AST, está em torno de 19 mil cargos. Calculo em 15 mil entre ativos e aposentados. Então já temos uma perda do nível médio em torno de 4 mil cargos. Por que não falou em extinção aqui? Porque o Governo ainda não decretou. Mas estamos vendo, que estão na relação, os concursos a conta gotas. Os mil lá estão bem a conta gotas, que a

gente insistiu muitos anos para ter, mas desses 15 mil, 5 mil é que estão na ativa. Os outros não vão preencher com concursos? Sindsep insiste que tem de ser preenchido com concurso.

Outro dado importante, ontem falei e vou reforçar aqui, é que esse Governo não gosta de aposentado. Se morrer mais rápido é melhor para o Governo. Toda política que ele apresentou nesses pacotes os aposentados estão excluídos, além dele só lembrar que tem que cobrar deles, o confisco de 14%. Porque qualquer coisa, inclusive o Fabricio falou ontem, do PL 652/2021, nenhum vai atingir o aposentado. É importante deixar claro que esse Governo detesta. Além das falácias do Prefeito de que não contribuimos para a Previdência. Além de alguns Vereadores, que estão com o Governo, reforçam de que vamos ter aumento, mas o aposentado só perde. Além de não ter reajuste salarial, reposição e nem na reestruturação vai ter benefício, ainda perde 14% do seu salário com confisco do aumento que foi aprovado aqui que ainda está para ser regulamentado pela Casa.

O projeto, lembrando, sempre é de subsídio. Tem de abrir mão de vários itens dos seus vencimentos atuais hoje. Mas um alerta importante: o Governo causou isso. O servidor que não quiser entrar na carreira nova vai ter perda salarial. Vai diminuir o salário que recebe hoje. Lembrando que o seu vencimento hoje vai entrar na somatória para transformar em subsídio é o padrão quinquênio, sexta-parte. Quem tem ação judicial, quem tem cargo em comissão incorporado, ou outras formas de incorporação, a gratificação de atividade e o abono, entra na somatória. Por que estou dizendo que está casado? O servidor que não quiser entrar na carreira nova, vai perder R\$ 200, se for Agente de Apoio ou vai perder R\$ 300. O Governo está meio que forçando a barra para o servidor. Quem quer diminuir o seu salário? Na conclusão dos vencimentos, ontem, reafirmo aqui 70% da categoria entre Agentes de Apoio e AGPPs e ASTs não têm ganho. Somando os vencimentos, esses que eu disse, não é o padrão seu somando ao padrão novo. Não é o piso mínimo que o governo fala, com um novo padrão que vai dar a tal da média de 20 e poucos por cento. É a sua, na sua somatória, que conta quando você vai fazer a opção e a maioria ganha mais do que o Governo está oferecendo nas tabelas. É isso que vai ocorrer. E essa maioria de 70% é aposentado. Os aposentados vão fazer a opção, continuar

ganhando os mesmos valores, e aqui lembrando, o aposentado não recebe abono. O ativo recebe. Então uma vantagem a mais para quem está na ativa. Isso vai forçar muito a gente a pensar. É importante esses dados, porque é verdade. Tem muita resistência da categoria e muita luta. Isso vai continuar porque o Governo não atende as expectativas da categoria. Trata as reestruturações como se fossem números para resolver o problema dele. Como diz aqui a questão de um monte de tabela que foram isso. Lembrando que isso é responsabilidade dos governos. Por que a gente entra na Justiça? Porque houve uma retirada de direitos. Por isso que tem ações judiciais. O Governo permite fazer essa retirada de direitos e a gente recorre à Justiça em parte recebe, ganha. Então é importante deixar claro isso.

É importante também dizer que temos essa discussão. Em 2013 não foi o Prefeito que deu um reajuste repondo a tabela do nível básico, nível médio. Teve uma luta da categoria naquela época que iniciou um novo Governo, do Haddad. Foram três dias de mobilização, de pressão em cima do Governo. O recém Governo assumiu. Preferiu dar uma parte da categoria. A questão da reposição, que na época tínhamos perda de mais de 10 anos: nos Agentes de Apoio e nos AGPPs. Isso é importante deixar claro. Se não tiver luta. Não tem conquista. Isso precisa dizer muito claro para a categoria. É dessa forma que temos. Depois abriu um processo de discussão que não se concluiu. Mudou o Governo, mas continua um Governo que só piora e ataca o direito dos servidores e do serviço público. Estamos sendo substituídos por terceirizados, não é para ocupar nossa vaga, é para fechar serviço. O serviço que vemos aqui, por isso a briga contra a reforma administrativa, a PEC 32 que está em Brasília. Hoje, companheiros das três esferas: municipais, estaduais e federais estão de vigília no Congresso, na Câmara de Deputados para que essa PEC não passe, porque é a destruição do serviço público. Essa é do jeito que a gente presta serviço aqui para população. O que tem haver o PL 650/2021? Eles querem extinguir por isso que apresentei os números aqui de extinção. Essa é a linha dos governos da retirada de direitos. A luta está colocada. Ela permanece. O Denis citou a greve de 2018, onde na negociação deu o tal do abono para nós. Mas naquela época as entidades pediam 10% de aumento para as categorias. O Governo manobrou com abono para os que menos

recebiam. Pelo jeito eles vão continuar com essa falácia. Ah, vamos favorecer os que menos favorecem. Vamos continuar ganhando menos que os outros. Não está sendo repostado. O que o PL apresenta, e aí sim, com muita insistência a greve de dez dias, a retomada da discussão com as entidades, o Governo apresentou três tabelas. As três tabelas representam 5% de 2022 para 2023 e 5% de 2023 para 2024. Isso a inflação, só esse ano, já comeu tudo isso sem falar que temos uma perda de 51%.

Quer dizer, o Governo não recupera. Joga a gente para frente. É a perspectiva que a gente coloca. Significa que vamos continuar lutando, resistindo. Fizemos um pedido para o Governo, não sei se ele sinalizou, creio que seria importante cobrar, do que apresentamos de emendas. Passamos para todos os Vereadores. A Casa não dá para dizer que não reconhece, que não sabe o que está ocorrendo. Pode ter Vereador que não olhou, né? Gosta de falar no Plenário, mas chega na hora do vamos ver, boa parte dos Vereadores nem reconhecem nossos direitos.

Então reivindicamos que os Vereadores atendam nossas emendas, inclusive, de alteração da tabela para repor esses 51% de perda que temos. Tem a questão da formação e assim por diante. É importante reforçarmos isso. Insisto, o Governo pode dar um passo atrás nessa questão, sentar com as entidades, concluir um debate que na minha opinião não está concluído e avançarmos nos valores das tabelas para que servidores possam ser contemplados para ter ganho, valorização e a questão da formação. A categoria avalia que tem sua formação, mas não está sendo valorizada no projeto.

Era essa minha apresentação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Temos um documento das quatro entidades juntas. Foi destinado à Presidência. Está protocolado na Comissão.

Com a palavra o Secretário Fabricio Cobra Arbex.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Obrigado, nobre Vereador. Obrigado pelas manifestações das entidades: Margarida, Marcia, Lima e Denis, sempre muito importante a participação das entidades. Ouvi atentamente. Anotei tudo aqui que foi falado. Falo que,

aparentemente, parece que estou no celular, mas na verdade estou em contato com a equipe da Gestão, aqui presente. São cinco pessoas que vieram, daí vou sempre colocando para eles. São técnicos há mais anos na Gestão. Ouvi atentamente. Quando estou no celular, estou em contato com eles aqui esclarecendo, tirando dúvidas daquilo que vocês trouxeram. Trouxeram ontem e algumas coisas hoje. Fiz questão de vir pessoalmente. É importante a Casa Legislativa, a Câmara Municipal tem um papel fundamental no aprimoramento, na discussão e na votação dos projetos de leis, sejam eles de iniciativa do Executivo e iniciativa dos Srs. Vereadores. É muito importante esse trabalho conjunto: Executivo, Legislativo e a participação da sociedade, das entidades, sociedade civil, como um todo.

Vou atentar em algumas questões que foram colocadas. Primeiro ressaltar a questão: o projeto de lei, entendo a retórica política da discussão, da crítica das entidades, mas não consigo visualizar, racionalmente um projeto que tem um custo orçamentário adicional de R\$ 335 milhões no orçamento, ser prejudicial. O próprio número já diz isso. O Prefeito Ricardo Nunes teve a coragem de encaminhar esse projeto, como bem disse o Denis, essa discussão vem desde 2015 e ele teve essa coragem. E uma das poucas propostas que você também abrange os inativos, apesar da retórica de que: “Ah, não há discussão, não há discussão”. Mas a própria apresentação é contraditória, porque mostra que desde 2015 que estamos discutindo essa proposta de reestruturação dessas duas carreiras. Em 2019 aconteceu a greve. Compromisso no final da greve de enviar o projeto de lei.

Como coloquei, em reunião com as entidades, que conversamos algumas vezes. Tínhamos essa janela de oportunidade de encaminhar esse projeto de lei. No que se refere às questões principais, melhoramos muito projeto de 2019 para cá e tem pontos importantes. Como redução de tempo de progressão de dois anos, para um ano e meio. A criação de três novos níveis da categoria. A revalorização do início, foi citado aí a questão do chamamento, a expressão conta gotas, mas na verdade temos chamado os AGPPs e muitos não tem vindo. Está com dificuldade de preencher, tanto que acreditamos que essa revalorização do inicial da carreira

possa fazer com que tenhamos uma maior atração dessa carreira de AGPP. É importante aí todo aspecto operacional da Prefeitura.

Deixando clara a discussão da questão da carreira por subsídio, a Gestão anterior, o próprio Prefeito Haddad, criou duas carreiras enviando projetos aqui o APGG, Auditor de Controle Interno por subsídios. As reestruturações enviadas na Gestão anterior também reestruturaram as carreiras de: administrador, contador, engenheiro, arquiteto. Várias carreiras da área da Saúde, transformando a remuneração por subsídio. A simplificação das rubricas, não só são importantes para a Gestão, para o Governo, mas também para o próprio funcionário. Muitas vezes como o próprio Denis colocou aqui é difícil de entender quanto que ele ganha no holerite, pelas várias rubricas, então essa simplificação facilita para todo mundo e facilita também o controle da sociedade civil, para entender os gastos da administração pública. E quando falamos da cessação de ações judiciais nessa simplificação, não estamos falando de eventuais questões. O Denis colocou aí uma questão da LC 173. É uma questão federal. Estamos respeitando uma legislação federal. Se isso ocorrer, eventualmente, por conta da pandemia foi cessado todos os tempos de aquisição, de direitos, mas isso não foi uma decisão da Prefeitura, foi uma decisão de Brasília, então os entes estaduais e municipais apenas estão cumprindo se, eventualmente, o Judiciário entender diferente, isso não tem nada a ver a simplificação que estamos discutindo aqui. Quando a gente fala que metade dos funcionários públicos têm ações judiciais, esse número excessivo de rubricas faz com que você teve ao longo de décadas uma série de questionamentos, e fizeram com que tenhamos aí uma realidade com muitas ações judiciais. A simplificação tende de acessar eventuais futuras discussões com relação essas questões em si. Questões relacionadas à Legislação Federal. As entidades estão no seu direito legítimo de questionar, judicialmente, se a LC 173 os ditames deles vão prevalecer assim como foi falado muito aqui da questão da Reforma da Previdência. Sabemos que a Emenda Constitucional 103 obrigou os entes estaduais e municipais e fazer a sua própria reforma. É uma obrigação. Todas as prefeituras do Brasil todo estão fazendo, inclusive de todos os partidos, independente de ideologia partidária e buscando esse equilíbrio atuarial que é superimportante

para finanças dos entes públicos e também para garantir o futuro da própria Previdência para que os servidores, no futuro, possam receber aquilo que recebem de aposentadoria. Colocando algumas questões de nível federal.

Ressalto a questão dos dias férias citadas pelo Denis. A gente ressalta muito do pacote. Pacote de maldades. Realmente, também, não consigo entender um pacote que gera um gasto orçamentário de R\$ 1 bilhão, só para o servidor público, possa ser chamado de pacote de maldades. Entendo a retórica da narrativa, da crítica de contestação, mas se você tem um gasto estimado em R\$ 1 bilhão para o servidor, é difícil de entender que isso seria uma maldade. Quando fala da questão das férias, na verdade em nenhum momento o projeto tirava algum direito. No estatuto do funcionário não está previsto. Não estava previsto licença médica como período de aquisição. Não está lá, explicitamente, tem uma série de licenças, mas não está a licença médica. Já havia um entendimento da própria Procuradoria Geral do Município não considerado a licença médica como tempo de aquisição. O que estamos fazendo no projeto é regulamentado uma série de questões que geravam discussões. Tanto do ponto de vista, você pode considerar, ah isso é benéfico ou não benéfico. Tanto que o Governo entendeu a questão trazida pela oposição. E chegou a um entendimento no texto que não prejudicava o servidor, efetivamente. Mas em nenhum momento o Executivo tirou o direito, porque esse direito não estava no Estatuto do Funcionário e havia um entendimento contrário pela Procuradoria. O que estávamos fazendo era aplicando a regra da proporcionalidade e na hora de aplicar a regra da proporcionalidade, ficou explícito que não estava a licença médica. E aí as entidades, a oposição trouxe essa questão. E o Governo chegou no texto, na hora da votação, que não prejudica o servidor, mas em nenhum momento houve uma ação deliberada até porque o estatuto não traz licença médica. No artigo 64, não está lá está lá a licença médica como um evento de aquisição para as férias. Então deixando claro que foram ações que fizemos no PL 652/2021 para regulamentar questões antigas que estão dentro da Gestão que geram discussões, inclusive, por exemplo, a questão da insalubridade, que era uma questão que o Executivo, a Prefeitura vinha perdendo, judicialmente, e aí foi feita essa regulamentação na lei, reconhecendo aí o direito do

servidor. Então na verdade o projeto tinha como meta regulamentar várias questões que estavam em dúvidas, que ficavam gerando discussões, processos e isso acaba gerando uma movimentação da máquina desnecessária, quer dizer um gasto de energia e de trabalho dos servidores. Então acho que também tinha esse propósito, mas em nenhum momento tinha como objetivo tirar essa questão.

Com relação a alguns pontos trazidos na questão da integração linear e da trava como comentamos ontem. A posição do Executivo continua a mesma. Não é justo aquele servidor que progrediu durante anos fazendo cursos, estudando, você equiparar com aquele servidor que não teve a mesma dedicação e a trava do período para opção, ela é necessária do ponto de vista de Gestão, do ponto de vista de responsabilidade de previsão orçamentária da LOA, para que possamos cobrir os requisitos legais orçamentários.

Com relação aos cargos de comissão citados, também, como retórica. Tínhamos uma realidade na cidade de São Paulo, muito aquém de cidades vizinhas, muito menores que São Paulo. Estávamos perdendo muitos funcionários e ressaltando a reestruturação dos cargos em comissão seguiu o modelo do Governo Federal. Um modelo mais moderno em que há requisitos para serem ocupados. E hoje na Prefeitura a realidade é que quase metade desses cargos estão sendo ocupados por servidores efetivos, que ganham, relativamente, muito pouco para a ocupação. Eu fui subprefeito, sei o que acontece na realidade, na ponta. Trabalhei lá quase um ano e meio na Subprefeitura, então muitas vezes o servidor efetivo tem pouco incentivo a assumir um cargo. Uma responsabilidade, se é um supervisor, um coordenador. Então essa reestruturação dos cargos, também, remunera mais o servidor efetivo. Ele passa ganhar 30% do cargo em comissão. Hoje a realidade não é essa. Então vai ter aumento significativos para quem assumir responsabilidades e com uma obrigatoriedade que não existia na lei anterior em que 45% dos cargos em comissão, obrigatoriamente, terão de ser ocupados por servidores efetivos. O que não ocorria hoje. Você ter uma obrigação constitucional, mas aqui nos entes ainda não havia uma definição tão clara. Tinha alguns cargos privativos, mas essa obrigatoriedade é nova e ela tende a privilegiar, necessariamente, pode ter 50%, 60% dos cargos ocupados por

servidores efetivos. Mas tem essa obrigatoriedade de 45% serem ocupados por servidores efetivos.

Com relação a essa questão do cargo em comissão. Outros pontos comentamos ontem da valorização do início. Ressaltamos aqui os benefícios do projeto. O projeto é extremamente benéfico. Atinge quase 35 mil servidores da Prefeitura entre ativos e inativos com esses benefícios que falamos: redução do tempo na progressão de dois para um ano e meio. Simplificação das rubricas, a criação de três categorias. Esse aumento no inicial, é importante para que a Prefeitura possa atrair aí principalmente o AGPP é importante funcionar na parte da operação da Prefeitura como um todo. Também ressaltando o pacote como um todo. Quando falamos do PL 650/2021, falamos também do PL 651/2021 e do PL 652/2021. O PL 652/2021 trouxe uma série de gratificações que visam o aprimoramento. A melhora da remuneração do servidor efetivo em algumas atividades, principalmente, aquelas atividades relacionadas aos equipamentos públicos da periferia. A revalorização da GDA, a regulamentação da GLT, específico da Educação. É claro eles são excludentes ou tem um, ou tem outro. A Margarida, ontem, ressaltou, nós em nenhum momento falamos isso. Temos a GLT para a Educação, para a Saúde, Assistência Social. O que seria isso? Os locais de trabalho onde você tem mais dificuldade de fixar profissionais, aquela escola que muitas vezes está a periferia, o professor ou um funcionário entra e pede transferência para uma região mais central. Então você tem aquela dificuldade de fixação de profissional. O PL 652/2021 traz esse gasto. A GDA e a GLT, uma ordem de quase R\$ 500 milhões, R\$ 600 milhões destinados para que possamos ter esse incremento e melhora da política pública nessas situações. A questão da Guarda Municipal, a Gefre, a revalorização da Gefre, da DEAC, do pregoeiro, a melhora da bolsa estágio, revalorização do vale alimentação que atinge, quase 75 mil servidores. Hoje o valor está em R\$ 383 vai para R\$ 550 para quem ganha até três salários mínimos e R\$ 450 para quem ganha até cinco. Fizemos um escalonamento de saída até oito salários mínimos. Muitas vezes, hoje, o servidor passa R\$ 10 acima de cinco salários mínimos, perdia o vale alimentação. Acabava tendo um decréscimo, porque como é pago em pecúnia, entra junto com salário.

Então fizemos um escalonamento de saída até oito salários mínimos de R\$ 150. Juntando todas essas ações, por mais que eu entenda a retórica política de contestação das entidades, pacote de maldades, eu não consigo entender um pacote que só no ano de 2022, tem um impacto estimado em mais de R\$ 1 bilhão destinado, exclusivamente, ao servidor, possamos chamar isso de um pacote que não traga benefícios. É superimportante colocar esse ponto.

Coragem do Prefeito Ricardo Nunes enviar todo esse pacote no momento em que a gente vive. Momento em que a sociedade vive de pandemia, precisando, muitas pessoas, do auxílio e da ação do Poder Público. A Prefeitura de São Paulo, teve um papel superimportante, durante a pandemia e nesse pós-pandemia. Entendemos que o PL 650/2021 é um projeto superimportante, que traz benefícios. Quando falamos os aumentos em média, é pela característica da tabela. Tem muitos funcionários que entraram com ação, tiveram progressões diferentes, mas o que precisa deixar muito claro: Não há perda de direito em relação a nenhum tipo de cargo incorporado. A questão dos quinquênios, sexta-parte, a tabela está acima das tabelas atuais vigentes. Com exceção do abono que estava previsto em lei, inclusive lei aprovada aqui na Câmara que assim que tivesse a reestruturação esse abono deixaria de ter validade.

Não é nenhum tipo de armadilha feita pelo Executivo. Não! Está previsto na lei que aprovou o próprio abono e que no momento em que houvesse a reestruturação esse abono deixaria de compor a renda do servidor. Então o Executivo tem sido, extremamente, transparente. Atuado de acordo com aquilo que estava na lei. Tem discutido nos últimos anos. Melhorou a proposta de 2019 para cá. É superimportante que consigamos avançar e aprovar o PL 650/2021. Estamos dando todos os elementos para os Vereadores decidirem em Plenário essa questão. Entendemos que o conjunto desses pacotes vai trazer muitos benefícios aos servidores. Vai estruturar a Prefeitura, foi isso que o Sr. Prefeito visualizou quando enviou os três em conjunto, para que possamos ter estruturada para enfrentar os próximos três anos esse pós-pandemia, nesse momento de recuperação econômica. Uma Prefeitura estruturada para termos melhores serviços públicos prestados a nossa população de São Paulo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Precisamos encerrar sessão.

A SRA. MARCIA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, apenas uma questão.

Primeiro quando a gente fala: não falamos em gasto, falamos em investimentos. Investimento em servidor é investimento em política pública. Me dói muito ouvir falar em gasto. É investimento. Estamos investindo. Infelizmente, estamos investindo pouco. Essa é a questão. A cidade de São Paulo merece ter o melhor servidor remunerado, porque merece ter o melhor serviço público. É para isso que nós entramos na Prefeitura de São Paulo. Essa é a nossa missão. A prestação de serviço público à comunidade. Prefeitos vem, prefeitos vão e nós continuamos. Independentemente de quem estiver no Executivo a missão de todos os funcionários servidores dessa Casa, é prestação de serviço à comunidade. Gostaria de colocar que a gente não gasta, investimos. Investimos na melhor matéria prima que existe que é o servidor. É esse servidor que entrega lá na ponta, na escola, na UBS, seja aonde for, nos meios ou nas áreas meios, o serviço público à comunidade. Através de nós, que os Srs. Vereadores, também, fazem suas demandas, porque somos nós que vamos lá falar com essa comunidade. Então, lamentamos, quando ouvimos de Secretário que cuida de pessoas, falar que somos gastos. Não somos gratos. Somos investimento. E o melhor investimento possível que possa ter em qualquer força de trabalho, é o ser humano.

Obrigada.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Desculpa, Sr. Presidente apenas para rebater.

Ninguém falou aqui em gastos. Estamos falando de peças orçamentárias. Acho que essa retórica de contestação, faz a gente não avançar e muitas questões. Obviamente são investimentos. O Governo está disposto a aumentar a sua despesa orçamentária. É um investimento, um gasto. Chamem da maneira que quiser. É uma sinalização muito clara, de que o Executivo está querendo investir no seu servidor. Inclusive despendendo R\$ 1 bilhão do seu orçamento em 2022. Logo, passando o limite da Lei Complementar 173, que vamos poder fazer esses investimentos que estão vetados pela Legislação Federal. Outro dado. Apenas em 2021, foram 3356 nomeações feitas por essa Gestão de servidores efetivos em todas as áreas, em todas as

carreiras, em todas as categorias. Mais de três mil funcionários efetivos nomeados neste ano. Isso mostra o comprometimento do Governo, do Prefeito Ricardo Nunes que, inclusive, enviou uma lei atualizando a Lei de Concurso, que já foi provada por essa Casa e sancionada. Atualizando o ordenamento jurídico que prevê os concursos públicos, uma clara sinalização, de que quer aprimorar e continuar a estruturação da Prefeitura nos próximos anos, sinalizando esse compromisso com o servidor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Denis Dantas.

O SR. DENIS DANTAS DO CARMO – Apenas para registrar nossa lamentação enquanto associação que não foi retratado que o servidor público da ativa, contribuí, sim para o RPPS enquanto está ativo. Mais uma vez, passado esse longo período, o Governo ainda não sinalizou essa retratação para tratar com a verdade, daí o Governo age dessa forma. Trouxe números aqui também, que ainda não foram combatidos e não demonstraram esse ganho dos 30% para o nível médio ou os 23% para o nível básico. É sempre assim, vamos ter um *deficit* atuarial de R\$ 171 bilhões. Onde está a comprovação desses *deficits*? Vai ter um ganho de 30%. Onde está a comprovação desse ganho? Temos que acreditar no Governo que, infelizmente, não comprova com dados técnicos. Registrar essa lamentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Há emendas hoje dos partidos que contemplam, obviamente, todas as reivindicações de vocês. Fizemos um favor para o Governo hoje, porque instruímos o projeto. Estamos fazendo a segunda audiência do projeto.

Foi muito bom o debate. Continuamos na luta, cada um do seu lado.

Secretário Fabricio, obrigado pela presença. Muito obrigado aos senhores representantes, trabalhadores.

Estão encerrados os nossos trabalhos.